

DISCURSO PROFERIDO PELA MAGNÍFICA REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS NA SESSÃO SOLENE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS DE OUTORGA DO TÍTULO DE DOUTOR *HONORIS CAUSA* AO JUIZ ANTÔNIO CANÇADO TRINDADE, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2018

SPEECH DELIVERED BY THE RECTOR OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF MINAS GERAIS AT THE SOLEMN SESSION OF THE UNIVERSITY COUNCIL OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF MINAS GERAIS WHEN THE TITLE OF DOCTOR HONORIS CAUSA WAS AWARDED TO JUDGE ANTÔNIO CANÇADO TRINDADE, ON APRIL 24, 2018

SANDRA REGINA GOULART ALMEIDA*

Senhoras e Senhores,
Caro Homenageado, Ilustre Jurista e Professor Antônio Augusto Cançado Trindade,

É para nós, o Prof. Alessandro e eu, uma grande honra e uma enorme satisfação estar no cargo máximo da nossa UFMG neste momento de tamanha significância para a vida institucional.

Começo minha fala de hoje saudando a sua presença, e agradecendo em nome da Comunidade da UFMG a sua disposição para vir a esta Universidade – sempre sua Casa, que a partir de hoje tem o Senhor como seu *Doutor Honoris Causa*.

O título de *Honoris Causa*, como todos sabemos, é conferido pelas universidades como reconhecimento da singularidade de

* Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais.

uma trajetória individual, marcada pelo talento de uma pessoa que, a um tempo, adquire a compreensão aprofundada de um campo de fenômenos ao qual escolhe se dedicar, e que constitui, no percurso de uma vida, um engajamento com o seu mundo e com o seu tempo que lhe permite entrar nos acontecimentos, tornando-se protagonista de transformações que a História, mais à frente, irá registrar como decisivas.

Cerimônias como esta da qual participamos hoje, uma tradição desta Casa, são ainda, a seu modo, ritos de passagem. Ritos singulares, é certo, pois sinalizam, de forma exemplar, o reconhecimento mais elevado de nossa instituição a personalidades de destaque cujo trabalho é de especial relevância por sua contribuição ao pensamento científico, filosófico, cultural e artístico, a partir de análise criteriosa da Unidade Acadêmica, neste caso a Faculdade de Direito, e do Conselho Universitário da UFMG.

Importa ainda mencionar que, no seu caso, a UFMG sente especial orgulho nesta ocasião, por um detalhe distintivo. Ao contrário de praticamente todos os demais agraciados pelo título de Doutor Honoris Causa desta instituição, o senhor já tinha aqui a sua *alma mater*, sendo egresso da Casa de Afonso Pena em 1969, a partir de onde lançou-se para o mundo, para o percurso de uma brilhante carreira e para a construção de uma obra que, transformada em legado, sabemos fará enorme diferença para as futuras gerações.

No currículo que descreve a carreira de um Doutor Honoris Causa normalmente serão encontrados diversos elementos que indicam e simbolizam uma trajetória de amplo destaque. No caso do Professor Antônio Augusto Trindade, esses elementos ocorrem em tal quantidade, como foi demonstrado pelo belo discurso do Prof. Fernando Jayme, que a honraria que hoje lhe conferimos se volta à UFMG, que se sente imensamente honrada em tê-lo como um de nossos doutores.

Todos seus muitos feitos são sinais de reconhecimento, símbolos que remetem a um trabalho, de dias, meses e anos; a uma vida, enfim, dedicada à causa da Justiça em sua vertente civilizatória, depositária da esperança por um futuro digno de ser sonhado: a luta pelos Direitos Humanos.

Para que fosse cumprida sua trajetória até aqui, foi preciso talento, que nosso homenageado tem de sobra. Mas muito mais que talento, foi necessária coragem, para tomar a si uma tarefa de defesa dos Direitos Humanos – tema tão sensível a todos nós, especial para esta Casa, em uma época na qual a humanidade ainda se defronta com uma desigualdade estrutural, formatada para reservar a muito poucos os benefícios de um suposto progresso material. Desigualdade que se alimenta dos medos para conservar hierarquias sustentadas precisamente na negação de direitos, desenhando uma sociedade cuja maioria encontra-se estratificada entre aqueles que não têm direito algum e aqueles que, alcançando precariamente alguns direitos, passam a imaginar que só se protegem na medida em que concorrem para que os outros nunca tenham acesso a nada. Triste destino, que subtrai os sentidos a todas as vidas.

Em um paradoxal Século XX, tivemos de testemunhar o puro mal a tragar vidas em uma escala nunca vista, para só então tomarmos consciência da necessidade de enunciação da ideia dos Direitos Humanos como garantidores do acesso à plenitude da existência. Diríamos: *“todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direito”*.

Cançado Trindade nasce em 1947, ano em que estava instalada a comissão da ONU que redigiria o texto-base da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que seria votada e aprovada no ano seguinte. A trajetória de sua vida está interligada com a história da assimilação da noção de Direitos Humanos pelos países, pelos governos, pelos povos, em um processo nem sempre contínuo, nem sempre crescente, frequentemente sujeito a reveses de toda ordem.

Nosso homenageado se graduou em Direito nesta casa, no ano de 1969. Um ano antes, ocorria em Teerã a Primeira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos, cuja pauta estava centrada na questão legislativa, necessária para conferir eficácia à Declaração de 1948. Vinte e cinco anos depois, em 1993, ocorria em Viena a Segunda Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, na qual ele já se tornava protagonista de uma fase de formulação de um Programa de Ações, visando

estabelecer instrumentos legislativos concretos de proteção aos direitos humanos, com especial atenção às pessoas discriminadas ou desfavorecidas, aos grupos vulneráveis, aos pobres, e a todos aqueles socialmente marginalizados ou excluídos; em síntese, àqueles em maior necessidade de proteção.

Na escala dos anos ou das décadas, a humanidade parece sempre testemunhar momentos em que é possível festejar uma conquista, um avanço, seguidos de momentos em que teima em ressurgir a miséria da condição humana, a reafirmar uma suposta inevitabilidade do império da violência. Imediatamente antes da Conferência de Viena, o mundo assistiu a inacreditável Guerra da Bósnia e, imediatamente depois, o inconcebível massacre de Ruanda. Hoje, diante de nossos olhos, acontecem gigantescas e múltiplas crises migratórias, a desafiar a nossa capacidade de dar consequência aos generosos ideais que ousamos proclamar na Declaração Universal. Enquanto isso, mundo afora, o pior de todos os guias, o Medo, faz personificar no Outro toda a ameaça que o futuro invariavelmente traz, arrebatando corações e mentes assustadas para o abandono de toda aspiração de paz e fraternidade.

Não sem razão disse uma vez Cançado Trindade: “Constato hoje com nitidez que, laborar na proteção internacional dos direitos humanos, é como o mito de Sísifo, uma tarefa que não tem fim. É como estar constantemente empurrando uma rocha para o alto de uma montanha, voltando a cair e a ser novamente empurrada para cima. Entre avanços e retrocessos, desenvolve-se o labor de proteção.”

Falando do aqui e do agora, não é possível deixar de mencionar o caso brasileiro, em que, em meio a tantos retrocessos sociais e institucionais, chama particularmente a atenção a centralidade da negação dos direitos humanos na agenda conservadora que ganha corpo na esteira de um ressentimento profundo, instalado em alguns setores, diante de um inédito acesso recente de grandes parcelas da população a direitos básicos de cidadania, que agora parece se reverter. Muitos são os que claramente, e sem pudor, lançam sua fúria a quem ousa expandir direitos da população mais pobre. E o caso, tão emblemático, do

assassinato da Vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes, causa perplexidade não apenas pelo absurdo de um crime, tão comum neste país, contra ativistas dos direitos humanos, mas principalmente pela reveladora reação de setores que o festejaram como uma vitória sua – incluindo a estarecedora manifestação de agentes públicos supostamente encarregados de fazer prevalecer o Estado de Direito.

Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, como todo homem que se torna grande na medida em que toma a si uma grande missão, o senhor tem a justa dimensão de que processos históricos de vulto, envolvendo transformações que afetam estruturalmente a sociedade, invariavelmente operam em escalas de tempo que se estendem muito além da duração de uma vida humana. Sua missão, até aqui, tratou de uma etapa básica para a constituição da possibilidade de um futuro pleno de direito para esta humanidade. O legado desta etapa opera no nível mais profundo da consciência de uma civilização: a sua linguagem. Até 1948, não dispúnhamos sequer dos termos linguísticos que se faziam necessários para designar aquela incompletude que se sentia na noção de humanidade. Mas, uma vez enunciado o conceito de Direitos Humanos, esse precisava ganhar significado, moldando no próprio curso da História os seus referentes. O trabalho dos comitês internacionais, das conferências, das cortes multilaterais é, aqui, insubstituível. Esta parece ser a tarefa da etapa em curso: inserir os Direitos Humanos no imaginário das pessoas em todos os espaços – inclusive desta Casa – de tal forma que se torne inconcebível a sua ausência, ou a sua supressão. Tarefa simples de enunciar, mas cuja conclusão caberá a toda uma sucessão de gerações.

Termino esta fala retomando então aquela enumeração que comecei há pouco: mais que talento e coragem, para o senhor foi necessária muita determinação, além de uma esperança genuinamente firme, para dedicar o melhor de todos os seus esforços, ao longo de toda a carreira, oferecendo o trabalho de sua vida a uma causa que transcende a época presente, e que se confunde com a utopia fundacional de nossa ideia de civilização – uma sociedade de pessoas livres, de seres humanos que possam

usufruir da herança material e cultural que nos é legada por nosso passado comum, e que possam expandir, ao infinito, a noção do humano como atributo inalienável de cada mulher e de cada homem que vierem a nascer sobre este planeta.

Caro Doutor Antonio Augusto Cançado Trindade, receba da instituição que hoje lhe acolhe incondicionalmente, em nome da tradição desta casa e da notória excepcionalidade desta cerimônia, não apenas o título de Doutor *Honoris Causa*, mas também nossos cumprimentos e agradecimentos por tudo que fez, em especial pela defesa irrestrita dos Direitos Humanos.

Como diria Fernando Pessoa: “O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso, existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis.” Obrigada Doutor Cançado Trindade, por ser incomparável e nos fazer ansiar por um mundo cada vez melhor, mais justo e equânime, mais fraterno e, principalmente, mais humano e nos fazer lembrar sempre das lições do passado. Seja sempre bem-vindo à Casa que sempre foi e sempre será sua!

Muito obrigada!

Declaro encerrada esta sessão.